doi.org/10.51891/rease.v12i11.32412

EXPRESSÃO ATRAVÉS DA ARTETERAPIA: UMA REVISÃO NARRATIVA SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE SINAIS COMPORTAMENTAIS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM CRIANÇAS AUTISTAS NÃO VERBAIS

EXPRESSION THROUGH ART THERAPY: A NARRATIVE REVIEW ON IDENTIFYING BEHAVIORAL SIGNS OF SEXUAL VIOLENCE IN NON-VERBAL AUTISTIC CHILDREN

EXPRESIÓN A TRAVÉS DE LA ARTET ERAPIA: UNA REVISIÓN NARRATIVA SOBRE LA IDENTIFICACIÓN DE SIGNOS CONDUCTUALES DE VIOLENCIA SEXUAL EN NIÑOS AUTISTAS NO VERBALES

Evellyn Firmo Locatelli[1]
Kauene Machado Filippus[2]
Sidnei Eugênio de Oliveira[3]

RESUMO: O presente artigo foi desenvolvido no curso de Psicologia, inicialmente buscou compreender as características do Transtorno do Espectro Autista, especificamente crianças que possuem a ausência da fala, se aprofundando nos indicativos de uma possível violência sexual, pensando que, esse público não consegue verbalizar suas vivências, contribuindo para o aumento da vulnerabilidade. No âmbito científico é possível observar uma lacuna de pesquisa, contribuindo para a invisibilidade desses indivíduos. A partir disso, o objetivo do trabalho será o de analisar na literatura científica, através do método Narrativo, as contribuições da Arteterapia para a identificação de sinais comportamentais de violência sexual em crianças autistas não verbais, possibilitando a realização de uma análise profunda. Por fim, conclui-se que a violência sexual pode interferir no comportamento do indivíduo, porém, esses indícios variam de acordo com as especificidades do caso, por conta da semelhança decorrente das características inatas do autismo, enfatizando a necessidade do uso da Arteterapia como recurso complementar para a expressão desse público.

Palavras-chave: Autismo. Arteterapia. Comunicação. Violência. Vulnerabilidade.

ABSTRACT: This article was developed within the Psychology program. Understanding the characteristics of Autism Spectrum Disorder specifically regarding non verbal children requires a deeper look at indicators of potential sexual violence, given that this population cannot verbalize their experiences, which increases their vulnerability. A research gap exists in the scientific literature, contributing to the invisibility of these individuals. Consequently, this study aims to analyze using a narrative method the contributions of art therapy to identifying behavioral signs of sexual violence in non-verbal autistic children, thereby enabling an in-depth analysis. Finally, the study concludes that while sexual violence can affect an individual's behavior, the resulting signs vary depending on the specific case partly due to similarities with innate autistic traits underscoring the need to use art therapy as a complementary tool to facilitate expression for this population.

Keywords: Autism. Art therapy. Communication. Verbal. Violence. Vulnerability.

[1]Graduanda em Psicologia, Centro Universitário Univel.
[2]Graduanda em Psicologia, Centro Universitário Univel.
[3]Orientador. Graduado em Psicologia e Pedagogia, pós-graduado em Neuropsicologia Clínica, Psicopedagogia Clínica e Institucional e Transtornos do Neurodesenvolvimento Universidade Paranaense (UNIPAR)

RESUMEN: El presente artículo se desarrolló en el marco de la carrera de Psicología. Al abordar las características del Trastorno del Espectro Autista específicamente en niños que carecen de lenguaje verbal, resulta necesario profundizar en los indicadores de una posible violencia sexual, dado que esta población no puede verbalizar sus vivencias, lo que aumenta su vulnerabilidad. En el ámbito científico se observa un vacío en la investigación, lo que contribuye a la invisibilidad de estos individuos. Por ello, el objetivo de este trabajo es analizar, mediante el método narrativo y a través de la literatura científica, las contribuciones de la arteterapia a la identificación de signos conductuales de violencia sexual en niños autistas no verbales, permitiendo así realizar un análisis profundo. Finalmente, se concluye que, si bien la violencia sexual puede alterar el comportamiento del individuo, dichos indicios varían según las particularidades de cada caso debido a las similitudes con las características innatas del autismo, lo que resalta la necesidad de utilizar la arteterapia como recurso complementario para facilitar la expresión de este colectivo.

Palabras clave: Autismo. Arteterapia. Comunicación. Verbal. Violência. Vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças segundo Soares, *et al.* (2016) representa uma das mais antigas formas de violência, ainda presente na sociedade atual, sendo uma alarmante forma de violação dos direitos humanos, além disso, é considerado um grave problema de saúde pública, por seus impactos no processo de saúde-doença, pela sua alta interferência na vida do indivíduo, na família e sociedade.

Essa perspectiva de abuso se intensifica quando consideramos a vulnerabilidade de uma criança autista não verbal, de acordo com Silva (2020), Leo Kanner menciona que indivíduos com TEA não conseguem utilizar da linguagem como comunicação funcional, visto que as expressões orais são repetições daquilo que foi ouvido, chamadas de ecolalias, trazendo essa nomenclatura associada aos indivíduos que possuem dificuldade em estabelecer um diálogo, inviabilizando a construção de relações sociais, emocionais e afetivas, o que reforça ainda mais a barreira para o reconhecimento e relato de situações de abuso.

Além disso, ao analisar o abuso sexual infantil através da Terapia Cognitivo-Comportamental, é possível perceber que ocorre um comprometimento da estruturação de esquemas cognitivos essenciais, os quais dizem respeito à percepção de segurança, à confiança nas relações interpessoais e à compreensão das próprias emoções. O trauma vivenciado pode gerar distorções cognitivas que prejudicam a capacidade da criança de interpretar o ambiente ao seu redor, principalmente quando se trata de um indivíduo dentro do espectro autista e não verbal (Paes; Silva, 2026).

Para essa compreensão, torna-se necessária a utilização de um método para a expressão

daquilo que por muitas vezes não pode ser verbalizado de forma oral, para Manarin, *et al*. (2020), a Arte é uma opção positiva para o trabalho analítico, sendo uma ferramenta para a comunicação, como a Dra. Nise da Silveira relata que, pode ser utilizado por pacientes que não conseguem se expressar por meio das palavras, desta forma, o uso de técnicas da Arteterapia, se torna uma boa alternativa.

Diante do exposto, a problemática que norteia esta pesquisa consiste em compreender: De que modo a Arteterapia, amparada pela Terapia Cognitivo-Comportamental, pode auxiliar os profissionais de saúde mental na identificação e no acolhimento de casos de violência sexual em crianças autistas não verbais?

A partir disso, este estudo tem como objetivo geral analisar na literatura científica as contribuições da Arteterapia como instrumento de intervenção e ferramenta de comunicação para a identificação de possíveis sinais de violência sexual em crianças autistas não verbais. Além disso, de forma mais específica: (1) Identificar na literatura científica os principais indicadores e sinais comportamentais de violência sexual em crianças autistas não verbais; (2) Discutir as competências técnicas e éticas necessárias aos profissionais de saúde mental para a realização da Escuta Especializada, conforme os protocolos de proteção infantil; (3) Descrever como a Arteterapia, por meio da produção simbólica e expressiva, pode atuar como ferramenta para revelar indícios de abuso e auxiliar na elaboração do trauma; (4) Desenvolver estratégias de intervenção baseadas na Terapia Cognitivo-Comportamental, tendo como instrumento a Arteterapia com foco na psicoeducação sexual e na prevenção de violências no contexto do TEA.

2. O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS BARREIRAS DE COMUNICAÇÃO

A etimologia da palavra autismo remete à ideia de voltar para si mesmo, de acordo com o autor Evangelho *et al*. (2021) foi introduzido pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em 1911, primeiramente associado aos sintomas da esquizofrenia, marcado principalmente pelo isolamento social.

Já em 1926, conforme Pozzi et al. (2024) a psiquiatra infantil Sukhareva publicou pela primeira vez uma descrição de características relacionadas ao autismo em 6 meninos, como a distância dos pares, inflexibilidade, tendência a estereotipias, ausência de expressões faciais, falta de modulação da fala, entre outros.

Adiante, Melanie Klein discute o caso de Dick, em 1930, uma criança que na época foi diagnosticada com esquizofrenia infantil, sob a ótica dos critérios atuais, poderia ter sido vista como dentro do Espectro (Marfinati; Abrão, 2014).

Posteriormente, conforme Côrtes et al. (2020), Asperger trouxe à tona quatro casos de crianças que possuíam características consideradas peculiares, a exemplo do fracasso em relações sociais e questões afetivas comprometidas. No contexto da época, o transtorno recebeu a denominação de Psicopatia Autística Infantil. Em 1952, a Associação Americana de Psiquiatria lançou a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-I), nesse momento, o autismo ainda não era visto de forma independente, mas agrupado dentro da esquizofrenia infantil, o que refletia o estágio inicial do entendimento clínico daquele período (Romeiro; Biondo, 2024).

A partir disso, no DSM-II, de 1968, Da Silva (2023) relata que o autismo ainda era ligado à esquizofrenia, descrito como "Esquizofrenia, do tipo infantil", em que a palavra "autismo" representa um dos sintomas. A diferenciação clínica entre ambas as condições consolidou-se formalmente em 1980, com a publicação do DSM-III, no qual o autismo passou a ser classificado como "Transtorno Global do Desenvolvimento" (Nahmod, 2016).

No DSM-IV, para Prista (2022), os "Transtornos Globais do Desenvolvimento" contavam com cinco classificações: Transtorno Autista, Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Asperger e o Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação.

Partindo desses marcos, em 2013, segundo Romeiro et al. (2024), com o advento do DSM-5, o autismo passou a ser compreendido de forma diferente, todas as subcategorias foram reunidas em somente um diagnóstico, chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com isso, os indivíduos passaram a ser avaliados considerando um espectro com diferentes níveis de comprometimento (um, dois e três), cada um correspondendo a um nível de suporte necessário. Além disso, o diagnóstico para o autismo passou a ser baseado em dois critérios principais: (a) déficits na comunicação e na interação social; (b) presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento.

Entre as mudanças observadas acima, as dificuldades relacionadas à comunicação merecem destaque, para Silva (2020) esses prejuízos se relacionam à semântica e pragmática, manifestando-se por meio de repetições de palavras ou frases, erros em colocações pronominais, dificuldades em conjugar verbos, utilizar adjetivos e em interpretar de acordo com o contexto.

Ainda segundo Silva (2020), a falta de comunicação funcional é uma barreira para crianças com TEA, compreender as regras de um diálogo é custoso, pois necessita que a informação seja transmitida, a recepção seja feita, bem como a assimilação, uma boa compreensão e ainda receber a resposta. Algumas dessas crianças podem até se expressar de forma verbal, mas não assumem uma funcionalidade ou significado, carecendo de valor pragmático. Por conta disso, é necessário desenvolver uma alternativa de comunicação sem preocupação gramatical, levando em consideração as potencialidades de cada criança.

Nesse cenário, vale mencionar os métodos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), que são utilizados pela maioria do público, apresentam limitações, de acordo com Kaufman (2011), a CAA dificilmente oferece um repertório para o vocabulário sexual, além disso, mesmo se estivesse presente, a falta de educação sexual também é uma barreira adicional, sem isso, esses indivíduos podem até mesmo nem possuir a compreensão necessária para a denúncia.

3. VIOLÊNCIA SEXUAL: VULNERABILIDADE E POSSÍVEIS INDICADORES COMPORTAMENTAIS

De acordo com Souza (2025), no Brasil, a violência sexual contra crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa uma grave violação dos direitos humanos e demanda uma atenção especializada para a proteção desse grupo. As características associadas ao transtorno aumentam sua vulnerabilidade, limitando sua capacidade tanto de identificar situações de ameaça quanto de relatar o ocorrido, favorecendo a atuação dos abusadores, em alguns casos, no próprio núcleo doméstico, onde a dependência dessas crianças aos cuidadores e familiares agrava o cenário.

Adiante, Souza (2025) enfatiza que muitos indivíduos dentro do espectro apresentam alexitimia, que interfere na capacidade de identificação e expressão de emoções, desta forma, não conseguem demonstrar reações típicas diante de um abuso, dificultando ainda mais o reconhecimento. Além disso, o autor complementa que mudanças comportamentais podem ocorrer de forma significativa, configurando-se como indicadores fundamentais para o processo de identificação como o aumento de crises, comportamentos autolesivos e a recusa da presença de pessoas específicas. Porém, se esses sinais não forem percebidos de maneira efetiva, pode maximizar os impactos causados pelo trauma.

Além das mudanças comportamentais mencionadas, cabe salientar outras mudanças bruscas, de acordo com Souza (2025, p.30):

> Isolamento repentino, crises de ansiedade, regressão em habilidades já adquiridas (como controle esfincteriano e linguagem) e aversão repentina ao contato físico. Outros indícios incluem comportamentos sexuais inapropriados para a idade, distúrbios do sono, agressividade e medo excessivo de determinadas pessoas ou lugares.

Apesar de os sinais comportamentais se mostrarem como aliados, precisam ser analisados com cautela, pois as características próprias do TEA são semelhantes e podem dificultar a diferenciação entre comportamentos habituais e um possível alerta para o abuso. Alterações no comportamento são significativas na adolescência e podem até aumentar (agressividade e autolesão), as respostas em decorrência de estímulos sensoriais (como sons altos, alta tolerância à dor, entre outros) contribuem para comportamentos disruptivos, além disso, variações no humor e afeto também são comuns (manifestadas por riso ou choro sem razão), bem como a ambivalência referente à percepção do perigo, comportamentos autolesivos e reações emocionais reduzidas (Gadia et al., 2004)

Dando continuidade, o autor Gadia et al. (2004) aborda em relação aos movimentos denominados como estereotipias - como o balanço das mãos ou do corpo de forma repetitiva, bem como aqueles que são involuntários e as diferenças na postura. Diante da similaridade, é possível perceber a importância da utilização de métodos expressivos complementares, para distinguir características comportamentais intrínsecas ao espectro e os sinais de violência.

4. ARTETERAPIA: COMUNICAÇÃO ALÉM DA PALAVRA

De acordo com Anastasiou (2018), a arte constitui um elemento intrínseco à existência humana e à sua estruturação psíquica, o qual exerce influência direta na regulação dos estados afetivos e na construção da personalidade dos indivíduos. É uma atividade mediada por vivências subjetivas, capaz de externalizar conteúdos e sensações.

Esse instrumento terapêutico ganha força a partir dos trabalhos de Nise da Silveira (1966), que foi uma das grandes pioneiras da Reforma Psiquiátrica no Brasil e principal precursora da arteterapia. A especialista contrapõe o modelo biomédico, por meio da problematização de tratamentos como a lobotomia e eletrochoque, no manejo do que era considerado “loucura”. Em contrapartida, propôs a arte e o afeto como um caminho mais eficaz para o tratamento (Nage; Simonato, 2023).

A médica psiquiatra sustentava que as pessoas institucionalizadas mantinham intacta a capacidade de criar e expressar seu universo subjetivo. Dessa forma, compreendeu a arte como uma via de acesso ao mundo interno desses pacientes, frequentemente diagnosticados com esquizofrenia, esse instrumento terapêutico é capaz de dar forma a conflitos íntimos e promover a reorganização psíquica (Nage; Simonato, 2023).

Por se configurar como um meio de expressão não verbal, a dimensão artística torna-se um recurso valioso diante das especificidades do Transtorno do Espectro Autista. Nesse sentido, importa ressaltar que em sua maioria, esse público não consegue utilizar a linguagem de maneira funcional, as expressões orais são repetições de estímulos auditivos previamente recebidos, as chamadas ecolalias. Essa condição dificulta o estabelecimento de um diálogo, inviabilizando a construção de relações sociais, emocionais e afetivas (Silva, 2020).

Considerando esse contexto de barreiras comunicacionais, Andrade et al. (2017) destaca que a Arteterapia pode contribuir de forma significativa quando amparada pela Terapia Cognitivo-Comportamental, favorecendo a possibilidade de expressão desse público e permitindo que o terapeuta adapte as intervenções de acordo com as características de cada paciente. Auxiliando na compreensão de pensamentos, emoções e crenças disfuncionais, em conjunto com a observação comportamental.

Para Nogueira et al. (2026), a arteterapia é um método que visa facilitar a expressão de sentimentos e pensamentos por meio de atividades artísticas, proporcionando um ambiente de segurança e acolhimento que favorece a comunicação não verbal e o reconhecimento das próprias emoções. Ao trabalhar com cores, formas e os mais diversos materiais, as crianças estabelecem vínculos afetivos, além de explorarem suas possibilidades criativas, gerando um impacto positivo na autoestima. Dessa forma, a prática artística não promove apenas avanços nas habilidades de comunicação, mas também no desenvolvimento social, estimulando a cooperação, o compartilhamento e o respeito às diferenças.

5. ESCUTA ESPECIALIZADA E TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL: ARTETERAPIA COMO UM RECURSO DE INTERVENÇÃO

A violência praticada contra crianças e adolescentes se consolida como um severo problema de saúde pública e configura-se como uma profunda violação de seus direitos básicos. A literatura especializada indica que nos casos de violência sexual, frequentemente não é possível obter provas materiais, o que confere maior relevância ao depoimento da vítima e à

criação de um protocolo rigoroso de acolhimento (Guilland; Cruz, 2026).

Nesse sentido, a escuta especializada atua como um mecanismo indispensável para assegurar a proteção e os direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Amparada pela Lei nº 13.431/2017, conhecida como a Lei da Escuta Protegida, a medida configura-se como uma entrevista de acolhimento conduzida por profissionais capacitados junto a vítimas ou testemunhas de violência. Essa prática visa subsidiar as ações de acompanhamento e proteção, evitando a revitimização e garantindo o cuidado integral do sujeito (Pedro, 2020).

Contudo, as vítimas desse tipo de violência costumam apresentar diversas alterações comportamentais e cognitivas. Em se tratando de crianças dentro do Espectro Autista e não verbais, esse cenário se torna ainda mais crítico, devido a dificuldade em expressar verbalmente o que lhe causa sofrimento, elas tendem a externalizar isso por meio de alterações comportamentais como irritabilidade, isolamento social, condutas autolesivas ou heterolesivas, bem como comportamentos de autoestimulação (Gonçalves; Silva, 2018). Outro ponto importante a se considerar, é que o trauma vivenciado pode gerar distorções cognitivas que prejudicam a capacidade da criança de interpretar o ambiente ao seu redor, o que diz respeito à percepção de segurança, à confiança nas relações interpessoais e à compreensão das próprias emoções (Paes; Silva, 2026).

Através do desenho enquanto técnica projetiva, é possível identificar indícios do abuso e não uma prova absoluta, o conteúdo feito pela criança pode apresentar características erotizadas e sexualizadas, por exemplo, ao solicitar o desenho da família, a ênfase poderia estar voltada para órgãos genitais. Por outro lado, crianças que não passaram por um abuso, poderiam representar o desenho humano até mesmo sem a presença de órgãos genitais. Contudo, a literatura enfatiza que o conteúdo auxilia apenas no levantamento de hipóteses iniciais, não devendo ser colocado de forma isolada, mas sim em conjunto com uma avaliação psicológica pautada no contexto (Amaral, 2008).

Após a execução da atividade plástica, o resultado não deve ser interpretado de forma reducionista. Em vez disso, o psicólogo se baseia na forma com que a produção se mostra, respeitando o sentido atribuído pelo indivíduo durante a o ato de criar e a singularidade. A obra final representa uma ponte entre a realidade interna e externa, sendo um facilitador para o processo subjetivo. Assim, ao utilizar o processo criativo em intervenção clínica, é possível atuar de forma direta na mediação do autoconhecimento, reconfiguração de sentidos e reconstituição da própria história e cotidiano (Reis, 2014).

Ademais, nesse cenário, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) surge como uma abordagem que propõe a interpretação dos acontecimentos como determinante das reações emocionais e comportamentais. Essas percepções se manifestam por meio dos pensamentos automáticos sustentados por esquemas cognitivos, os quais se consolidam ao longo do desenvolvimento por meio das crenças centrais (Gonçalves; Silva, 2018).

Nesse contexto de intervenção, a arteterapia se destaca como um método inovador e eficaz no suporte ao desenvolvimento dessas crianças. Segundo Nogueira et al. (2026), essa modalidade terapêutica possibilita uma série de melhorias, dentre as quais se destacam as habilidades sociais, o aprimoramento da comunicação, a autoestima e o bem-estar emocional. Quando amparada pela Terapia Cognitivo-Comportamental, a arteterapia atua auxiliando o paciente a reconhecer e reconstruir, de maneira funcional, eventos do cotidiano (Paes; Silva, 2026).

6. MÉTODOS

O tipo de pesquisa escolhido para a análise dos resultados é a Revisão Narrativa. Essa investigação parte de uma compreensão de experiências vividas e compartilhadas entre os indivíduos, sem se limitar ao simples ato de narrar, mas buscando uma interpretação dos significados e contextos presentes, olhando para além de modelos rígidos e divididos (Mello et al., 2016).

A natureza do trabalho é qualitativa e configura-se de forma teórica e exploratória. Segundo Lösch *et al.* (2023), a abordagem qualitativa tem como foco o conhecimento do fenômeno estudado de forma como ele ocorre no contexto, viabilizando a compreensão do comportamento humano. Ademais, a pesquisa exploratória permite que o pesquisador compreenda os dados de forma sistêmica e detalhada.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se fundamenta de maneira explicativa que visa proporcionar uma maior familiaridade com o tema, tornando-o mais compreensível e possibilitando um maior aprimoramento de ideias (Gil, 2008 apud Mota, 2026). Ademais, assume caráter descritivo ao retratar as principais características e classificações da pesquisa científica, organizando e sistematizando o conhecimento sobre a temática. No contexto deste estudo, essa classificação possibilita detalhar com precisão as manifestações comportamentais de crianças dentro do espectro autista frente ao trauma e o papel da arteterapia como um recurso expressivo (Vergara, 2016 apud Mota, 2026).

A coleta de dados ocorreu por meio de levantamento bibliográfico nas bases SciELO (Scientific Electronic Library Online), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), e Google Acadêmico, usando os seguintes descritores: "Autismo", "Violência Sexual Infantil", "Arteterapia", "Escuta Especializada" e "Terapia Cognitivo-Comportamental". Ademais, realizou-se uma busca exploratória no repositório digital da Biblioteca da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), com a intenção de mapear produções acadêmicas locais (teses e dissertações) que abordem a temática da violência e do neurodesenvolvimento.

Foram incluídos materiais em português, espanhol e inglês publicados a partir dos anos 2000 que abordassem o Transtorno do Espectro Autista e a violência. Além disso, excluíram-se trabalhos sem teor científico, produções focadas em outros transtornos, bem como estudos metodologicamente inconsistentes ou incompatíveis com a perspectiva da Terapia Cognitivo-Comportamental e Arteterapia.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura evidencia todas as revisões e refinamentos teóricos pelos quais o transtorno passou ao longo da história, sendo alterado até receber a denominação de Transtorno do Espectro Autista. Nesse contexto, algumas características foram consideradas, como os déficits na comunicação e na interação social, bem como os padrões restritos e repetitivos de comportamento (Romeiro; Biondo, 2024).

Ao evidenciar a dificuldade relacionada à comunicação, a falta de funcionalidade está presente, ou seja, interações dialógicas cotidianas configuram-se como demandas cognitivas elevadas, pois a informação recebida precisa ser compreendida para que a resposta seja formulada. Em alguns casos, a resposta verbal pode ocorrer, mas não significa que tenha um significado contextual, sendo apenas uma repetição do que em algum momento foi ouvido (Silva, 2020).

A partir dos artigos analisados, observa-se a importância de discutir as situações às quais as crianças autistas podem ser expostas. A violência sexual requer intervenções especializadas, visto que o indivíduo apresenta dificuldade em compreender as situações de ameaça, tornando-os mais vulneráveis à condutas abusivas (Souza, 2025).

A literatura mostrou uma convergência entre autores acerca de alterações comportamentais. Conforme apontam Gonçalves et al. (2018), o abuso sexual deixa o cenário

mais crítico, devido a falta de oralidade, as vítimas externalizam o sofrimento por meio de alterações comportamentais, como irritabilidade, isolamento, autoestimulação. Na mesma linha, Souza (2025), enfatiza que certas mudanças comportamentais são fortes indícios de abuso, destacando-se o aumento de crises, medo excessivo de pessoas e a manifestação de atitudes sexualizadas.

Essas características, dentre outras presentes, podem ser confundidas com manifestações intrínsecas ao espectro, mostrando a importância de métodos expressivos como forma de complemento (Gadia et al., 2004). Diante disso, mostra-se relevante o desenvolvimento de um mecanismo de externalização, sem preocupação gramatical (Silva, 2020).

Nesse sentido, a articulação entre a Terapia Cognitivo-Comportamental e a Arteterapia surge como uma alternativa metodológica para superar essas barreiras comunicacionais. Andrade, Nascimento e Albuquerque (2017) destacam que essa união viabiliza a expressão não verbal, oferecendo subsídios para que o terapeuta possa identificar e reestruturar pensamentos, emoções e esquemas cognitivos disfuncionais. Essa abordagem é fundamental pois, conforme o que diz respeito à Paes e Silva (2026), a vivência traumática decorrente da violência sexual gera distorções cognitivas que prejudicam a capacidade da criança de interpretar o ambiente ao seu redor, o que diz respeito à percepção de segurança, à confiança nas relações interpessoais e à compreensão das próprias emoções.

Em concordância, Nogueira, Silva (2026) e Anastasiou (2018) destacam a necessidade de fundamentar a prática terapêutica em um espaço seguro, acolhedor e com suporte teórico sólido. Essa conduta resgata o legado deixado por Nise da Silveira, garantindo que o fazer artístico não se reduza a uma mera coleta de dados investigativos, mas se constitua como uma ferramenta genuína da subjetividade, da reorganização psíquica e da promoção da psicoeducação sexual (Nage; Simonato, 2023).

Ao sintetizar o conteúdo da presente pesquisa, visualiza-se que os déficits comunicacionais do Transtorno do Espectro Autista inviabilizam o relato oral e aumentam a vulnerabilidade dessas crianças frente à violência sexual, tornando as alterações comportamentais o principal meio de identificação e manifestação do sofrimento psíquico. Diante do desafio de diferenciar os sinais mencionados das estereotipias próprias do espectro, a Terapia Cognitivo-Comportamental e a Arteterapia configuram-se como recursos não

verbais indispensáveis para rastrear sinais de abuso, bem como reestruturar esquemas cognitivos afetados e promover a prevenção e educação sexual.

Por fim, percebeu-se uma escassez de pesquisas e de estudos focados em protocolos direcionados a crianças autistas não verbais vítimas de abuso sexual. O que predomina são estudos generalistas sobre o Transtorno do Espectro Autista ou investigações voltadas apenas para crianças neurotípicas. Ademais, existe uma lacuna relativa ao desenvolvimento de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) com recorte em psicoeducação sexual, bem como na formação continuada de profissionais de saúde mental para a aplicação da Escuta Especializada (Lei nº 13.431/2017) adaptada às características do transtorno. As limitações presentes na literatura reforçam a necessidade e a relevância de novas investigações que aprofundem o desenvolvimento de estratégias de intervenção para a proteção e garantia dos direitos desse público.

8. CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo analisar na literatura científica a contribuição da Arteterapia como ferramenta complementar de comunicação para a identificação de possíveis sinais de violência sexual em crianças autistas não verbais.

Mediante os textos encontrados, a pergunta central foi respondida, demonstrando que a Arteterapia, quando amparada de forma teórica pela Terapia Cognitivo-Comportamental, mostra-se como uma ferramenta complementar eficaz para ser utilizada por profissionais de saúde mental, diante de situações de acolhimento dos casos de abuso sexual nesse público.

Os objetivos específicos foram alcançados, os indícios comportamentais se mostraram relevantes, desde que se faça uso de uma ferramenta complementar, visto que há uma barreira por conta da dificuldade em distinguir as características intrínsecas do transtorno de possíveis indicadores de abuso, tais como padrões restritos, comportamentos sexuais, agressividade e aversão repentina ao contato físico, sendo necessário que uma outra alternativa auxilie na constatação dos fatos, nesse sentido, a Arteterapia se mostrou efetiva.

Portanto, a Arteterapia favorece a potencialidade de expressão e permite que o profissional utilize intervenções adaptadas ao paciente, além de se mostrar eficaz para a compreensão de emoções, crenças disfuncionais e de pensamentos, em conjunto com os indícios comportamentais. Ao trabalhar com cores, desenhos e diversos materiais, promove um avanço na habilidade de comunicação, estimulando a cooperação e o compartilhamento das

experiências vividas, podendo ser utilizada até mesmo como ferramenta de psicoeducação sexual e na prevenção de violências no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Os profissionais que estarão na linha de frente, precisam de capacitação, para atuar com o objetivo de proteger a criança vítima de violência e a fim de garantir o cuidado integral, conforme definido na Lei da Escuta Protegida nº 13.431/2017.

Durante o levantamento bibliográfico, foi possível perceber uma lacuna na literatura sobre a temática, fato que evidencia a invisibilidade desse público. Ademais, foi notado que materiais acerca de tópicos como a dificuldade em verbalizar e em compreender aquilo que é falado aparecem com mais frequência. Entretanto, há uma defasagem em relação às estratégias específicas que contribuam para o enfrentamento dessa dificuldade.

Diante disso, cabe destacar que essa temática pode ser ampliada como objeto de estudo em outras pesquisas, para encontrar recursos que favoreçam as diferentes formas de expressão. Somada a isso, a continuidade de pesquisas sobre a Arteterapia como ferramenta se torna necessária, visto que não foram encontrados estudos que relacionem o uso direto desse instrumento de forma complementar na identificação de violência sexual com crianças autistas não verbais.

REFERÊNCIAS

1. AMARAL A. Manifestações do abuso sexual de menores e o desenho: dores a cores em folhas de papel. [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Portugal, 2008.

2. ANASTASIOU HP. Princípios da arteterapia. REVISE - Revista Integrativa em Inovações Tecnológicas nas Ciências da Saúde, 2018; 3(00). Disponível em: https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/revise/article/download/1660/907. Acesso em: 03 set. 2026.

3. ANDRADE I, et al. Terapia cognitivo comportamental e arte terapia: uma articulação possível? In: MOSTRA DE PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2017, Fortaleza. Anais... Recife: Even3, 2017.

4. CÔRTES MSM, ALBUQUERQUE AR. Contribuições para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista: de Kanner ao DSM-V. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, 2020; 3(7): 864–880. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.4678838. Acesso em: 10 abr. 2026.

5. EVANGELHO VGO, et al. Autismo no Brasil: uma revisão sobre estudos em neurogenética. Revista Neurociências, 2021; 29: 1-20. Disponível em: https://doi.org/10.34024/rnc.2021.v29.12440. Acesso em: 28 mar. 2026.

6. GADIA CA, et al. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. Jornal de Pediatria, 2004; 80(2 suppl): 83-94. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0021-75572004000300011. Acesso em: 16 ago. 2026.

7. GONÇALVES J, SILVA JVA. Terapia Cognitivo-Comportamental em situação de abuso sexual: um estudo de caso. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 2018; 7(3): 423-432. Disponível em: https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v7i3.1869. Acesso em: 06 set. 2026.

8. GUILLAND R, MORAES CRUZ R. Depoimento Especial: No contexto civil e criminal. 1. ed. Florianópolis: NILAPRESS Editora, 2026.

9. KAUFMAN M. Sexual abuse of young people with a disability or chronic health condition. Paediatrics & Child Health, 2011; 16(6): 365-369. Disponível em: https://doi.org/10.1093/pch/16.6.365. Acesso em: 06 set. 2026

10. MANARIN T, et al. Nise da Silveira e a psicologia analítica: contribuições pedagógicas para a inclusão de alunos autistas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020.

11. MARFINATI AC, ABRÃO JLF. Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

12. NAGE AJR, SIMONATO FBA. Arteterapia: Instrumentalização do Processo Psicoterapêutico e as contribuições de Nise da Silveira. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Paranaense, 2023.

13. NAHMOD M. Tres modelos de historia crítica sobre autismo. In: XVII Encuentro de Historia de la psiquiatría la psicología y el psicoanálisis en la Argentina, 2016.

14. NOGUEIRA K, et al. Impacto da arteterapia em crianças com Transtorno do Espectro Autista. Revista Tópicos, 2026; 4(31): 1-14.

15. PAES DL, SILVA D. Crianças abusadas sexualmente na primeira infância e o papel da Terapia Cognitivo-Comportamental. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 2026; 12(2): 1-21. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v12i2.24478. Acesso em: 21 mai. 2026.

16. PEDRO TH. A escuta especializada e o depoimento especial de vítimas de violação de direitos: atuação da psicologia. Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, 2020; 32(2): 44-65.

17. POZZI CM, et al. Revisiting the history of autism before Kanner and Asperger: a tribute to Grunya Sukhareva. Arquivos de Neuro-Psiquiatria, 2024; 82(08): 001-003. Disponível em: https://doi.org/10.1055/s-0044-1788269. Acesso em: 04 set. 2026.

18. PRISTA RM. Diagnóstico do autismo. A complexidade vincular em pauta. Vínculo - Revista do NESME, 2022; 19(2): 222-231. Disponível em: https://doi.org/10.32467/issn.1982-1492v19n2a7. Acesso em: 10 abr. 2026.

19. REIS AC. Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do psicólogo. Psicologia: Ciência e Profissão, 2014; 34(1):142-157.

20. ROMEIRO AJM, BIONDO DAA. A escola outra e o autismo: A criança como sujeito. Cadernos da Pedagogia, 2024; 18(41).

21. SILVA EAM. Transtorno do espectro autista (TEA) e a linguagem: a importância de desenvolver a comunicação. Revista Psicologia & Saberes, 2020; 9(18): 174-188.

22. SILVA MLA, et al. Reflexões sobre as nomenclaturas referentes ao Transtorno do Espectro Autista. Faculdade Sant'Ana em Revista, 2023; 7(2): 465-485.

23. SOARES EMR, et al. Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. Revista Interdisciplinar, 2016; 9(1): 87-96.

24. SOUZA AR. A violência sexual contra crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista no Brasil: uma análise à luz da legislação e das informações oficiais. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2025.